

08-0092/2008

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO D COM PROCESSO

08 - 0092 / 2008

DE

2008

MATÉRIA LEGISLATIVA:

RDP

08 - 0092 / 2008

DE

16/04/2008

PROMOVENTE:

VEREADOR

AURÉLIO MIGUEL

E M E N T A:

REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,
PARA AVERIGUAR A SITUAÇÃO RELATIVA A NÃO APLICAÇÃO E A MÁ
GESTÃO DOS RECURSOS DEPOSITADOS NOS FUNDOS ORIUNDOS DAS
OPERAÇÕES URBANAS NOS LOCAIS DETERMINADOS POR LEGISLAÇÃO
ESPECÍFICA.

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
19/10/2010 09:31:20

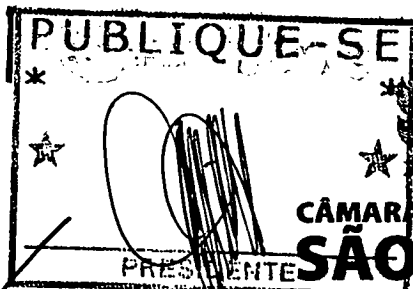
00000006446-76



ARQUIVADO EM 09/02/2009

[Handwritten signature]

CHEFE DE SEÇÃO
VIVIANE FERREIRA PO
Supervisora
SGP-33



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
Vereador Aurélio Miguel

08 - RDP
08-0092/2008

Folha nº 03 do proc.
nº 8892 de 20.08
REDECO DE OFÍCIO DE ANDRADE
Assessoria Parlamentar
NF 101.064

REQUERIMENTO Nº

Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, com base no artigo 33 da Lei Orgânica do Município, para averiguar a situação relativa à não aplicação e a má gestão dos recursos depositados nos fundos oriundos das Operações Urbanas nos locais determinados por legislação específica.

CONSIDERANDO que a reportagem veiculada no periódico "Folha de São Paulo", datado de 15 de abril deste, informando que a PMSP não utilizou a verba arrecada pela Operação Urbana Água Branca para executar obras que aliviassem o trânsito na região;

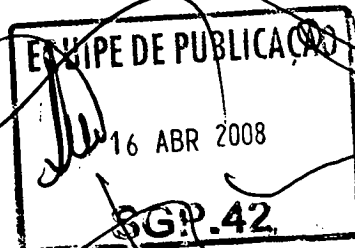
CONSIDERANDO que EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) é a gestora dos fundos das Operações Urbanas;

CONSIDERANDO que todos os dias são batidos recordes de congestionamento em toda malha viária do Município e em especial nas áreas que são objeto das Operações Urbanas, por falta de investimentos e planejamento.

Requeiro, com fundamento no artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e art. 93 do Regimento Interno, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 09 (nove) membros, com duração de 120 dias, para averiguar a situação relativa à não aplicação e a má gestão dos recursos depositados nos fundos oriundos das Operações Urbanas nos locais determinados por legislação específica.

São Paulo, 15 de abril de 2008.

Vereador Aurélio Miguel



3108 01 3

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob

nº 02 e 03

Em 09/01/09

Ass: _____

Kirdec Izidório de Andrade

Assistente Parlamentar

SGP-22

15/04/2008 - SP não usou verba recebida de shopping para aliviar trânsito

Folha de São Paulo - Cotidiano - Página: C85A

Os transtornos no trânsito enfrentados por moradores da zona oeste de São Paulo após a inauguração do Bourbon Shopping Pompéia, no mês passado, poderiam ter sido mitigados se as obras viárias que seriam custeadas pelo valor pago pelo empreendimento, tivessem sido realizadas pela prefeitura. Desde a inauguração do shopping, os motoristas têm sofrido com a piora no trânsito.

OPERAÇÃO ÁGUA BRANCA

Dinheiro do fundo ainda não foi investido em melhorias

Região que deveria receber benefícios dos fundos da operação



OBRAS PREVISTAS PARA O ENTORNO DO SHOPPING

De acordo com o plano de acesso e escoamento, a obra de CPTM e a do Metrô Barra Funda, no sentido da Avenida da República, seriam as principais obras previstas para a região.

Abertura de via lateral e retorno ao acesso da Avenida da República.

OBRAS

Em 2007, a Prefeitura de São Paulo recebeu R\$ 36,3 milhões de empresas interessadas em melhorar a infraestrutura da região. As obras previstas para a região são: a abertura de uma via lateral e retorno ao acesso da Avenida da República, a construção de uma via lateral e retorno ao acesso da Avenida da República, a construção de uma via lateral e retorno ao acesso da Avenida da República.

R\$ 6 milhões

Trabalho realizado pela Prefeitura de São Paulo para a melhoria da infraestrutura da região.

OUTRAS OBRAS NÃO INICIADAS

De acordo com o plano de acesso e escoamento, a obra de CPTM e a do Metrô Barra Funda, no sentido da Avenida da República, seriam as principais obras previstas para a região.

Emurb diz que parte da verba só foi paga em 2007

COLABORADOR PARA O GLOBO

A Emurb (Empresa Municipal de Urbanização) afirma que a maior parte da verba arrecadada foi paga apenas no ano passado, apesar de a Operação Água Branca ter sido criada em 1999.

Dos R\$ 36,3 milhões arrecadados, R\$ 19,6 milhões foram pagos em 2007. A empresa não respondeu especificamente se seria possível fazer alguma obra com os R\$ 6 milhões cobrados do Bourbon Shopping Pompéia.

Em 2006, foram pagos R\$ 4,9 milhões; R\$ 2,9 milhões em 2005; R\$ 820 mil em 2004 e R\$ 6 milhões em 2003, pelo Grupo Zaffari, dono do shopping. Outros R\$ 1,9 milhões são rendimentos de juros. Ainda segundo a Emurb, a Ricci pagou o que devia em obras.

A assessora da Emurb disse que ninguém dava entrevista sobre o assunto, mas que um conselho da Operação Água Branca teria analisado as possibilidades de obras no ano passado e aprovado duas no início de 2008.

A primeira seria a melhoria das calçadas e iluminação para facilitar o acesso de pedestres às estações Barra Funda do Metrô e Água Branca da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). A outra seria a abertura de uma via lateral e retorno sob a viaduto Pompéia, para facilitar o trânsito no cruzamento das avenidas

Pompéia e Francisco Matarazzo. As obras custariam cerca de R\$ 9 milhões e outros R\$ 16 milhões seriam gastos em desapropriações. A empresa não informou se foi aberto processo de licitação e se já tinha para início de alguma obra.

A respeito dos problemas de trânsito na localidade, o diretor de Desenvolvimento e Infra-Estrutura Urbana, Rubens Chama, disse em resposta por escrito que "as condições atuais na área são ótimas, tendo em vista a oferta de infraestrutura de transporte coletivo. É esta a condição que tem que ser mantida e não o aumento do tráfego de veículos que ocorreria com o seu shopping center".

SP não usou verba recebida de shopping para aliviar trânsito

Bourbon pagou R\$ 6 mi à prefeitura para que fossem feitas obras na região da Pompéia

Dinheiro foi pago pela empresa em 2003; desde a inauguração do shopping, os motoristas têm sofrido com a piora no trânsito

CINTHIA RODRIGUES
COLABORADORA PARA O GLOBO

Os transtornos no trânsito enfrentados por moradores da zona oeste de São Paulo após a inauguração do Bourbon Shopping Pompéia, no mês passado, poderiam ter sido mitigados se as obras viárias que seriam custeadas pelo valor pago pelo empreendimento — condição para a liberação do projeto —, em 2003, tivessem sido realizadas pela prefeitura.

Naquele ano, a Emurb (Empresa Municipal de Urbanização) vinha lutando pela construção de infraestrutura local. O valor foi pago no mesmo ano, mas nenhuma obra foi feita até hoje.

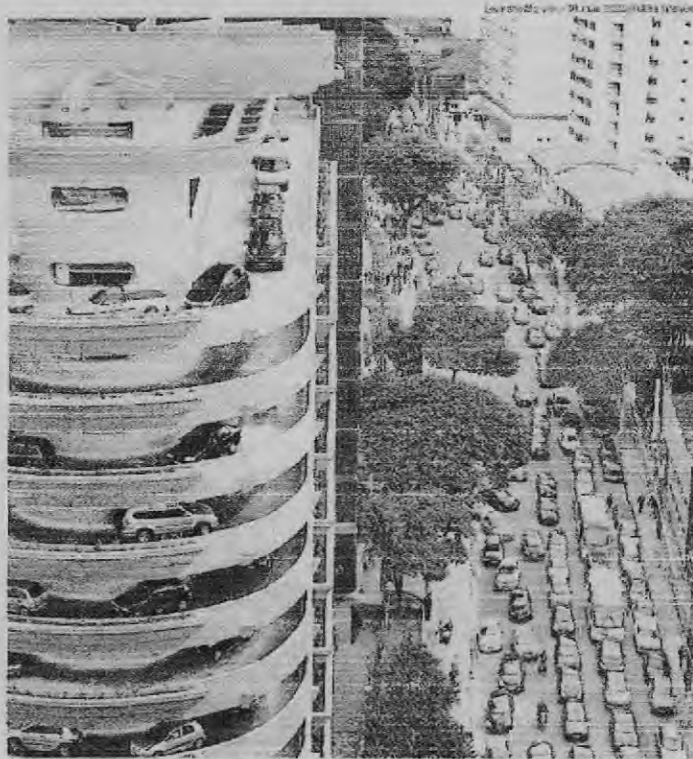
Além do shopping, outras 19 empresas que investiram em prédios comerciais e residências na região pagaram autorizações — mas cobradas pelo direito de construir mais do que seria permitido por lei — à Operação Urbanização Água Branca. O fundo acumula atualmente R\$ 36,3 milhões e nenhuma obra nem sequer foi iniciada.

A previsão de melhorias viárias para a região é ainda mais antiga. A Operação Urbanização Água Branca foi criada em 1999 com uma relação de 18 obras, entre ampliação e alargamento de vias, abertura de novas ruas na região e viadutos sobre a linha férrea e via férrea.

O presidente do Conselho (Conselho das Associações de Amigos do Bairro da região da Lapa), José Benedito Morelli, afirma não acreditar na realização das obras. "Com mais de R\$ 36 milhões lá, eles nem atendem a gente para dizer o que vão ou não fazer", reclama.

"O certo seria fazer essas obras assim que as empresas tivessem pago e antes de inaugurar um prédio de cinco andares, já está tudo perdido", diz. Se o shopping Bourbon entrar cerca de 2.500 veículos por hora.

A síndica da Lapa, Lúcia Nagib Vitor reclama de não ter "ouvido" na Operação Urbanização. "Inicialmente, a subprefeitura e a comunidade não têm o direito de acompanhar os trabalhos da Emurb para avaliação dos meios", afirma. Ela sustenta opinião, as obras previstas para a operação são "insufi-



Trânsito intenso ao lado do Bourbon Shopping Pompéia; prefeitura não fez melhorias no local

cientes" e "chegam atrasadas".

Ela diz ser contra operações urbanas. "A princípio, sou contra qualquer operação urbana porque o princípio delas é deixar que os empresários façam o que quiserem e o município não interfere. Agora, já que existe, o investimento deveria ser feito paralelamente à construção dos prédios para que os prejuízos fossem minimizados", diz.

A contradição técnica de Políticas Urbanas da Associação Comercial de São Paulo, Larissa Campagner, defende as operações urbanas e diz que o problema é o aumento na quantidade de obras. "A ideia é fazer investimentos para uma região pouco aproveitada. Não a favor disso, mas claro que acho que deveria haver um mecanismo que subcontratasse a execução de obras construtoras viárias".

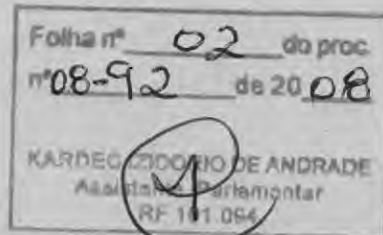
Das 18 obras descritas na criação da Operação Urbanização Água Branca, apenas uma foi iniciada, não pelo município, mas pela empresa Ricci Engenharia, que construiu o Centro Empresarial Água Branca. Se-

gundo a diretora jurídica de Consab, Maria Antonieta, a Ricci fez um trecho da Avenida João Monarca Andrade — embora devesse ter feito um número maior de obras, equivalente a R\$ 20 milhões.

Tudo deveria ser fiscalizado pela Emurb por etapas, e mul-

tado caso não fosse cumprido de acordo com o contrato, mas não aconteceu", diz ela.

Antoneta diz que, pela lei de operações urbanas, a comunidade deveria acompanhar os projetos e emitir pareceres. "Temos graves problemas de resfriamento do trânsito", afirma.





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº

03

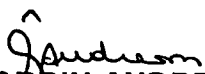
do processo n.º 08-92/08 9/03/2009 (a)

Recebido em 09/03/2009
Assessoria Parlamentar
SGP-22

À SGP-33
Sra. Supervisora,

Solicito arquivar o presente processo, de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de Legislatura).

09/01/09

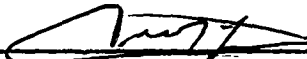

ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

259127

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL

Proc. encerrado com 03 fls.

Arquivado em 09 / 02 / 2009

O Func.º 

José Roberto Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 100.702